EIXO TEMÁTICO 4 | SEGURIDADE SOCIAL: ASSISTÊNCIA SOCIAL, SAÚDE E PREVIDÊNCIA

A LINGUAGEM DO DIREITO A TER DIREITO: Itinerários do Grupo de Pesquisa TRASSOS no projeto de assessoria com a ação socioeducativa

THE LANGUAGE OF THE RIGHT TO HAVE A RIGHT: TRASSOS Research Group itineraries in the advisory project with socio-educational action

Evania Maria Oliveira Severiano[1]
Jane Meyre Silva Costa[2]
Francisco Deivid de Oliveira Martins[3]
Tatiana Castro Rodrigues Lopes[4]

RESUMO
O estudo debate sobre a atual operacionalização das Políticas Sociais, em especial o fenômeno de judicialização do acesso a direitos sociais legalmente reconhecidos. Objetiva-se analisar as representações ao Sistema de Justiça Catarinense, a partir do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) e de seu prosseguimento no Tribunal de Justiça de Santa Catarina, no campo da efetivação dos direitos sociais básicos no âmbito da família e infância. A pesquisa tem natureza qualitativa e como proposta metodológica de coleta de dados envolve revisão de literatura e pesquisa documental. Como resultados esperados, pretende-se avançar na discussão sobre a judicialização das políticas sociais, avaliando como a efetivação dos direitos sociais no âmbito da

[1] Centro Universitário Fametro – UNIFAMETRO (Professora do Curso de Serviço Social/Coordenadora do Curso de Pós-graduação de Políticas Públicas e Gestão Social). Integrante do Grupo de Pesquisa TRASSOS e orientadora da Iniciação Cientifica. Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Email: evaniaseveriano@gmail.com
[2] Centro Universitário Fametro – UNIFAMETRO (Coordenadora do Curso de Serviço Social/Professora Integrante do Grupo de Pesquisa TRASSOS. Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Email: jane.costa@professsor.unifametro.edu.br
[3] Centro Universitário Fametro (UNIFAMETRO). Graduando do Curso de Serviço Social; Discente vinculado a Iniciação Cientifica do Grupo de Pesquisa TRASSOS- Programa de Monitoria e Iniciação Científica-(UNIFAMETRO). E-mail: francisco.martins01@aluno.unifametro.edu.br
[4] Centro Universitário Fametro (UNIFAMETRO). Graduando do Curso de Serviço Social; Discente vinculado a Iniciação Cientifica do Grupo de Pesquisa TRASSOS- Programa de Monitoria e Iniciação Científica-(UNIFAMETRO). E-mail: tatieanalu2009@gmail.com

família e infância são atendidas, ou não atendidas, pelos serviços públicos e como são encaminhadas para avaliação e ação do MPSC.

Palavras-chaves: A linguagem do direito; Assessoria/ação socioeducativa, grupo de pesquisa (TRASSOS).

ABSTRACT
The article aims to present the itineraries of the research group trends and trajectories of social security policies in the State of Ceará (GP TRASSOS) and the development of the scientific initiation project "advice on socio-educational action aimed at access to human and social rights". We highlight the crossings / discoveries and instigating questions of action research under development in the Social Service Course - Centro Universitário Unifametro. Qualitative study aims to publicize the first findings in the field of scientific initiation with the use of action and advisory research. We highlight the challenges of the moment in which we live, the impacts of the global pandemic of the new coronavirus-Covid-19, the recommendation of not carrying out on-site activities to avoid exposure to the risks of contamination. The use of social technology as a possibility / means to achieve the purpose of contributing to facilitate access to human and social rights and the means of exercising them

Keywords: The language of law; Advisory/socio-educational action, research group (TRASSOS)

INTRODUÇÃO

O momento em que vivemos é pleno de desafios, dessa afirmativa ninguém tem dúvida, pois, estamos imersos a uma crise sanitária que se agrava ao se associar ao contexto já existente de uma crise estrutural do capital com refrações nas crises econômica, política e social. E falar de direitos humanos e sociais, necessariamente nos faz considerar que estamos na mira de um projeto societário em disputa. Por um lado, tenta se impor a austeridade que impõe subtração de direitos para a classe que vive do trabalho, bem como, ganha espaço valores morais do conservadorismo e do ultra neoliberalismo na vida social. Por outro lado, a utopia e a criatividade, pulsam potencializando as perspectivas e possibilidades do trabalho em rede e do trabalho socioeducativo de perspectiva emancipatório.

O Grupo de Pesquisa TRASSOS no Curso de Serviço Social UNIFAMETRO, através da linha de pesquisa tendências da seguridade social, está desenvolvendo dois Projetos de Iniciação cientifica, um que associa a assessoria em ações socioeducativas com uso da pesquisa ação, desenvolvido por este grupo de docentes e discentes autores desse

artigo, e outro projeto de iniciação que investiga a potência do uso da educação popular como perspectiva teórico-metodológica para o trabalho socioeducativo emancipatório. Desenvolvido pela docente Profa. Leiriane Araújo e discentes vinculados ao Projeto.

Temos como objetivo investigar e intervir em plurais espaços acadêmicos e comunitários, visando proporcionar diálogos mobilizando a função pedagógica do assistente social com transversalidade nas políticas de seguridade social com fundamental interesse de construir pontes e propor ações de impacto social com inovações no contexto das Políticas de Seguridade Social nas singularidades do Estado do Ceará.

Compreendemos a Seguridade Social na concepção de seu conceito mais amplo que associa os artigos 6º e 194 da Constituição Federal de 1988 (CF/1988). Nesse sentido, utilizamos a perspectiva de contribuir com o acesso aos direitos humanos e sociais, onde presente estão os direitos relacionados as políticas de previdência social, saúde e assistência social com a transversalidades de outras políticas sociais, visando aprimorar um padrão de cidadania e dignidade humana a população incidindo nos interesses de intervir na redução de processos de desigualdade social e pobreza, associando o fortalecimento da democracia. Propomos o PROJETO SOMA- Assessoria para o acesso aos direitos humanos e sociais, especialmente contribuindo para o reconhecimento de direitos da Previdência Social e benefícios assistenciais como o Benefício assistencial, Bolsa Família e o mais recente auxílio emergencial.

Compreendemos que a implementação cotidiana de ações socioeducativas de perspectiva emancipatória associada ao interesse de facilitar o acesso aos direitos e os meios de exercê-los, podem promover dignidade e cidadania, muitos deles podem ter caráter transitórios, passagens para superações de momentos de fragilidades humanas no contexto das políticas de seguridade social. Consideramos fundamental construirmos espaços sociais e pedagógicos de fortalecimento da “cidadania ativa” com integralidade de cuidados, visando contribuições no reencontro de bem-estar e dignidade humana, com atendimento de necessidades básicas e superações de vulnerabilidades com melhorias nas condições de vida, sobretudo em situações de adoecimentos/incapacidades/ deficiências e outras.

Propomos estimular o protagonismo do “ser sujeito” reflexivo/ativo, (re)construindo as suas histórias. Apontamos como relevância dos itinerários do Grupo

de Pesquisa TRASSOS: articular saberes e produção de conhecimentos entre estudantes de graduação e pós-graduação; estimular recíproca relação formação profissional e desenvolvimento do senso investigativo e aproximações com a arte da pesquisa; contribuir com o desenvolvimento de habilidades e competências dos discentes; produzindo conhecimentos e subsidiando ações extensionistas na Unifametro, favorecendo interdisciplinaridade entre áreas de saberes e qualificando a relação formação e trabalho profissional.

Além do objetivo geral do projeto de prestar assessoria com a ação socioeducativa visando acesso aos direitos humanos sociais, pretendemos levar as comunidades os saberes acadêmicos com ação/reflexão e práxis do acesso aos direitos da seguridade social e meios de exercê-los na soma de encontros entre discentes, docentes e comunidade. Visamos promover reflexão/ação no processo de ensino/aprendizagem, aprimorando competências/habilidades sobre instrumentalidade e relações dialéticas entre pesquisa, conhecimento e inovação nas práticas profissionais. O Grupo de estudo com os discentes e assistentes sociais egressas é outra inciativa que vira a se somar com a finalidade de construir conexão entre atendimento à população com processos pedagógicos informativos e investigativos incidindo na práxis do acesso aos direitos das políticas de seguridade social em Fortaleza/Ceará.

Temos como metodologia o uso da pesquisa social e ação educativa acionando aportes teóricos da pesquisa participante, entendida como pesquisa da ação voltada para as necessidades básicas do indivíduo, conhecendo e agindo (Brandão,1990), propomos nosso modo de caminhar que viabilize as ações estratégicas do projeto.

O Grupo de Pesquisa TRASSOS está articulado as duas linhas de pesquisa do centro Universitário Unifametro, quais sejam: Constituição, Cidadania e Efetivação de Direitos - Estudos e pesquisas sobre direitos previstos na Constituição Federal, relacionados ao reconhecimento dos direitos na sociedade contemporânea, com vistas a garanti-los, a partir da releitura do Direito e das relações que se estabelecem no atual contexto social à luz da valorização da cidadania. Políticas Públicas e Direitos Sociais - Desenvolvimento de pesquisas e estudos na área de Políticas Públicas e Direitos Sociais , abordando a atuação direta do Estado e suas relações sociais e políticas com a sociedade civil, bem como a participação da sociedade civil organizada nas ações

estatais, a elaboração, planejamento, execução e avaliação das Políticas Públicas e Direitos Sociais no Ceará e no Brasil, particularmente aquelas no âmbito social.

Pretendemos nesse artigo apresentar as primeiras descobertas e questões instigantes das investigações em curso. Utilizamos como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica e documental de caráter qualitativo, diário de campo e observações dos docentes e discentes. Evidenciamos a concepção de direitos sociais como expressões de uma sociabilidade, resultantes de necessidades sociais, embate de interesses e ações dos sujeitos sociais. Envolvem lutas e reconhecimento social e, estratégias de enfrentamento das desigualdades sociais. Forjam-se em contexto de tensões entre concessão e conquista. Evidenciamos que a "linguagem dos direitos" tem uma função prática, empresta uma força particular às reivindicações dos movimentos que demandam satisfação de necessidades humanas e sociais. Portanto, não são concessões são conquistas, ou seja, resultado das demandas da classe que vive do trabalho e suas necessidades por ampliar direitos que ganham visibilidade na cena pública (SEVERIANO, 2012).

2 ASSESSORIA EM AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS E PESQUISA AÇÃO: uma soma com o trabalho em rede e uso de tecnologias sociais

Ao tratarmos sobre o acesso aos direitos humanos sociais pela mediação do trabalho socioeducativo, é fundamental considerar como e em que circunstâncias se estruturam tais direitos e que conjunturas passam a ser alvos de medidas de austeridade, levando-os a subtração e limites de seu alcance, resultante de processos históricos, políticos, econômicos, sociais e culturais. Em certos momentos históricos vão se tornando direitos constitucionais com respectivas normativas legais. No Brasil destacamos a Constituição Federal de 1988 (CF/1988) considerada a "Constituição cidadã" que ampliou conquistas e proteção social para a classe que vive do trabalho. Nesse momento atual, vem se aprofundando as relações complexas e contraditórias entre Democracia, Desigualdades Sociais e Políticas Públicas no capitalismo contemporâneo que põe em xeque o acesso do "direito a ter direito" e os meios de exercê-los, considerando a complexa conjuntura econômica, social, política e cultural da

realidade presente, com a desestruturação das políticas públicas e dos serviços públicos, resultado das contrarreformas, sobretudo com a realidade da Emenda Constitucional nº 95/2016, fato que obsta os avanços obtidos na CF/1988.

Considerando a vocação do GP TRASSOS, o projeto de prestar assessoria com a ação socioeducativa visa contribuir para facilitar o acesso aos direitos humanos sociais, levar as comunidades os saberes acadêmicos com ação/reflexão e práxis do acesso aos direitos da seguridade social e meios de exercê-los na soma de encontros entre discentes, docentes e comunidade. Seguindo essa finalidade, as ações do projeto de iniciação cientificam se estruturam com o uso do triedo: pesquisa-ação, assessoria em ações socioeducativas e trabalho em rede com mediação de tecnologias sociais.

Importante ressaltar que o trabalho em Marx (2003) é definido como toda a ação transformadora de um objeto natural, mediada por meios ou instrumentos guiados por uma finalidade que visa um produto para atender necessidades humanas. Como bem ressalta Teixeira (2017), o trabalho envolve duas dimensões, a primeira: o pensar/planejar que coloca a finalidade e os meios para realizá-lo e segundo: o produzir/fazer enquanto ato de trabalhar de intervir, de desgaste de energia para produzir, realizar a concretização do fim pretendido. A teleologia, compreendida como a capacidade humana de previa ideação e de estabelecer finalidades, é utopia fora da práxis e não transforma a realidade sem um fim, sem teoria e conhecimento. Desse modo, teoria e prática são indissociáveis e se retroalimentam, bem como, o trabalho se constitui em ato, em prática, em ação que altera a realidade. Exige perseguir uma teoria social crítica, capaz de desvendar determinações e conexões que articulam as demandas. Desse modo, exige planejamento de estratégias, ações e instrumentos para se alcançar o fim pretendido.

Foi considerando tais fundamentos teóricos que as ações na iniciação cientificam começaram a andar, inspiradas no método em Paulo Freire[5] que nos ensina "Caminhante, não há caminho. Se faz caminho ao andar."

[5] http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/4219/1/FPF_PTPF_12_102.pdf

2.1 As potencialidades da pesquisa-ação na Iniciação Cientifica

Foi conhecendo a obra da pesquisa participante de Brandão (1990) que nos inspiramos, ao nos dizer de modo mais simples e direto possível "como as ideias, as situações e os instrumentos do seu trabalho podem ser pensados, criados e vividos" (p.9). Nos fala de um conhecimento coletivo, a partir de um trabalho, que recria, de dentro para fora, formas concretas de pessoas, grupos e classes sociais participarem do direito e do poder de pensarem, produzirem e dirigirem os usos de seu saber a respeito de si próprias. E nos faz refletir: para o quê serve o conhecimento social que a minha ciência acumula com a participação do meu trabalho? Para quem? e para que usos? Conhecer para agir, eis a questão que instiga a instrumentalidade do serviço social.

E foi assim que no grupo de pesquisa TRASSOS surgiu a relação intrínseca "Pesquisa Social e Ação Educativa" como uma luz para iluminar o nosso caminho, com a visualização de uma efetiva contribuição para o desafio da formação e intervenção no Serviço Social trazendo para o contexto da iniciação cientifica, "conhecer a realidade para poder transformá-la". Nessa perspectiva, a pesquisa participante articula um projeto de pesquisa em que se pretende conhecer porque se quer agir. Brandão (1990) utiliza o método do educador Paulo Freire para demonstrar questões de estratégia e prática de trabalhos de investigação da realidade social, como base para um trabalho imediato de educação. E assim, o caminho que se faz caminhando, investiga o acesso do direito a ter direito, associando ação socioeducativa em articulação com a rede de ações acadêmicas e comunitária.

2.4 Assessoria em ações socioeducativas

A acessibilidade às políticas sociais vividos pelo ser singular nos espaços e territórios da vida social, implicam dificuldades concretas de fruição dos recursos ofertados pelas políticas sociais e de acesso aos direitos. Partimos da perspectiva de que há demandas, vulnerabilidades e sofrimentos em que o Serviço Social atua, compreendendo como as plurais refrações da questão social nas vidas cotidianas dos indivíduos. A compreensão da dimensão humana nos estudos do serviço social envolve a compreensão sobre o ser social, envolve a necessidade de investimento teórico e

mediações para que o serviço social possa intervir nas relações concretas que se materializam nas relações com os usuários de seus serviços no cotidiano profissional. Trata-se de forma mais ampla de compreender as implicações objetivas e subjetivas da vida social para cada ser singular e as consequências dessa ação para o desenvolvimento do gênero humano (Lukács, 2003)

Nessa perspectiva, os docentes na concepção do grupo de pesquisa TRASSOS, idealizaram a assessoria em ações socioeducativas nos espaços de oferta de prestação de serviços no Centro Universitário Unifametro, especialmente em espaços acadêmicos de oferta de serviços à comunidade e institucionalidades que pudéssemos trabalhar em rede no território de adjacência da Unifametro. São eles, a Clínica Escola que oferta prestação de serviços de saúde e no Núcleo de Práticas Jurídicas, com a ideia de avançarmos para outras institucionalidades comunitárias do território de adjacência da Unifametro como o CEDECA , o CRAS e a ONG “Pirambu digital”.

Definimos a assessoria como aquela ação que é desenvolvida por um profissional com conhecimentos na área, que toma a realidade como objeto de estudo e detém uma intenção de alteração da realidade (Bravo e Matos, 2010). Prevista na Lei de regulamentação da profissão, Lei n. 8.662/1993, como atribuição privativa e competência, especialmente no artigo 4º prevê a prestação de assessoria pelo assistente social em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade. Bravo e Matos (2010) apresentam três frentes de assessoria, em potencial, a serem desenvolvidas e/ou aprofundadas pelos profissionais de Serviço Social: articulação entre unidades acadêmicas e meio profissional; assessoria à gestão das Políticas Sociais e assessoria à organização política dos usuários. Fundamental desvelar o porquê da assessoria/ finalidade, necessário um estudo da realidade e clareza teórico- ética e técnico-operativa da proposta de assessoria.

O ponto de encontro com as ações socioeducativas é justamente a potencialidade de desenvolver a função pedagógica ou dimensão educativa do assistente social com possibilidades de contribuir com processos de constituição de sujeitos sociais com autonomia e superações de vulnerabilidades de modo a vivenciarem a sua cidadania ativa no usufruto dos direitos sociais, civis e políticos.

2.5 Soma do trabalho social com uso de tecnologias sociais em ações socioeducativas

O avanço tecnológico e o uso das tecnologias como mediação para o trabalho social e acesso aos direitos, poderá ter a finalidade de promover o direito à informação, bem como o acesso aos direitos humanos e sociais. È uma questão em aberto para novas investigações, sobretudo, no que se tornou uma máxima nesses tempos difíceis de pandemia internacional pelo coronavírus- Covid-19. Somos instigadas pela pergunta, superada a pandemia, com o fim do isolamento social, a sociabilidade humana terá um "novo normal" em nossas relações sociais? Uma instigante questão para novas investigações.

Vivenciamos nesse período de março a junho/2019 muitos desafios em todas as dimensões da nossa sociabilidade. Especialmente refletimos tais refrações nos espaços profissionais e acadêmicos. Quanto a proposta de desenvolvimento das ações da iniciação cientifica em tempos de pandemia, nos encontros entre docentes e discentes, refletimos como as necessidades humanas postas pelos usuários estavam sendo encaminhadas pelas políticas públicas. O trabalho em rede e com uso das tecnologias digitais surgiu como uma alternativa para dar concretude e iniciar ações, sendo essa possibilidade absorvida na proposta da iniciação cientifica, que previa contribuir justamente nessa dimensão de promover o direito à informação viabilizando o acesso dos sujeitos de direitos.

Assim, os encontros entre docentes e discentes com uso de conferências pelo google meet passaram a ser quinzenais/semanais com as questões norteadoras: o que é pesquisa ação e qual a sua finalidade? Quais os fundamentos teórico-metodológicos e os princípios éticos que vêm fundamentando o processo de trabalho do Grupo de Pesquisa TRASSOS e os projetos de iniciação cientifica? e as possibilidades e limites da assessoria e ações socioeducativas? Como o trabalho em rede, como uso de tecnologias sociais podem contribuir para as finalidades emancipatórias?

Desse modo, surgiu a ideia de associarmos as tecnologias para o assessoramento a rede de profissionais e organizações comunitárias em matéria de direitos humanos e sociais. Passamos a utilizar a produção de "cards" para uso nas redes sociais - Instagram e grupos de whatsapp. Os cards são definidos como pedaços interativos de informação que apresentam informações resumidas, relevantes **e** de rápida compreensão.

Informações que puderam ser reproduzidas pelos profissionais e lideranças comunitárias para orientação aos usuários das políticas sociais e que precisavam entender uma série de informações produzidas pelas políticas sociais, especialmente, em um momento complexo de suspensão do atendimento presencial em tempos de pandemia internacional pelo Covid-19.

Algumas informações relevantes no campo da política de previdência social que suspendeu seus atendimentos presenciais, fizeram surgir a iniciativa do serviço social do INSS de desenvolver o plantão social por canais remotos, prestando uma série de informações, acolhendo demandas da população que através do programa whatsapp businers apresentavam plurais necessidades. Assim, também se apresentavam na Política de assistência social. Situações que passamos a refletir no projeto de iniciação científica com a questão geradora: como contribuir com as equipes de profissionais e associações comunitárias, projetos sociais disseminando essas importantes informações? As demandas eram urgentes quanto a informar sobre as formas de acesso ao auxílio emergencial; antecipações no valor de R$ 600,00 para os usuários que aguardavam o reconhecimento do Benefício de Prestação Continuada- BPC. Antecipação de um salário mínimo para os requerimentos de auxílio doença com perícia por documentação médica, requerimentos que deveriam ser realizados por aplicativos (MEU INSS) e central 135, tecnologias que nem sempre é de fácil acesso para a população. Na assistência social a operacionalidade do “vale gás, cestas básicas e outras ações de enfrentamento no atendimento a população como atividade essencial em tempos de emergência social. As demandas foram sendo refletidas, ressaltando que também não podíamos perder de vista a função socioeducativa sobre o que é direito social e os meios de exercê-los.

As ações do grupo Trassos e dos projetos de iniciação cientifica vinculados, passaram a caminhar nesse sentido, durante a semana socializávamos as ideias forças que norteiam os projetos de iniciação cientifica no grupo de pesquisa, bem como informações sobre os direitos humanos e sociais e os meios de exercê-los. Nesse sentido, organizamos o planejamento e, na semana postamos “cards” com as chamadas “TRASSOS DIALOGA”, “TRASSOS INFORMA” e “TRASSOS CULTURAL” com informações lidas, refletidas e produzidas pelos docentes e discentes.

O caráter educativo da orientação e do acompanhamento de indivíduos, grupos e famílias compõem as ações profissionais de Serviço Social em diversos espaços profissionais e estão presentes o caráter educativo que se desenvolvem mediatizadas pelas políticas sociais que garantem o acesso aos serviços, programas e benefícios sociais.

Seguindo Mioto (2009), as ações socioeducativas podem contribuir para o fortalecimento de processos emancipatórios, sendo um dos maiores desafios, garantir que nas ações socioeducativas haja uma contribuição efetiva para a formação de uma consciência crítica dos sujeitos sociais frente a apreensão e a vivência de suas realidades vividas. Os assistentes sociais são também facilitadores de processos democráticos, garantidores de direitos, para tanto, se faz necessário estabelecer relações horizontais entre profissionais e usuários que possibilite aos sujeitos um processo educativo, a partir de suas individualidades e relações com a realidade de maneira crítica e consciente, de modo que possa construir caminhos para o acesso e usufruto de seus direitos (civis, políticos e sociais) e interferir no rumo de sua história e da sociedade, a partir de graus ascendentes de autonomia com possibilidades de suas conquistas.

Temos a consciência que, os assistentes sociais precisam além de estabelecer em projetos de ações o que fazem, necessário dar ampla divulgação sobre o que fazem e o para que fazem, e o como fazem, com as finalidades bem definidas condicionando os objetivos e os procedimentos necessários à sua realização, bem como definindo quais os instrumentos técnico-operativos utilizados pelo assistente social em suas ações. Nesse contexto, se faz necessário situar ação e procedimentos para atingir a finalidade com clareza de qual a finalidade. Compreendemos que a lógica das ações socioeducativas está centrada nos usuários enquanto sujeitos de direitos. Nesse sentido, as atividades presenciais de interação, sem dúvida é condição para aprofundar as ações socioeducativas. Todavia, nesse contexto de pandemia mundial pelo coronavírus Covid-19, os encontros presenciais que juntam pessoas não serão permitidos por algum tempo, e assim, precisamos ser críticos, criativos e propositivos para lidar com esse desafio no trabalho profissional e nas atividades acadêmicas de formação profissional.

As ações socioeducativas se estruturam sobre dois pilares: Socialização das informações que são pautadas no compromisso da garantia do direito á informação, como direito fundamental. O segundo pilar se estrutura em democratizar o acesso à informação sobre direitos e a forma de exercê-los. Importante destacar que o direito a informação não está restrito apenas ao conhecimento dos direitos, do legalmente instituído nas políticas sociais, vai além, envolve o acesso ao conhecimento da ciência, da tecnologia, da cultura e dos bens ou serviços que venham melhorar as condições e qualidade de vida dos usuários. E, seguindo Abreu (2011), o desafio fundamental é promover o processo reflexivo na relação estabelecida entre profissionais e usuários no contexto das narrativas de suas histórias de vida na perspectiva emancipatória.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste artigo, duas considerações devem ser realizadas: um referente as experiencias vivenciadas no grupo de pesquisa TRASSOS, e a outra relacionada aos dilemas e desafios que cercam a vida e o trabalho profissional e acadêmico em tempos de uma pandemia mundial ocasionada pelo coronavírus- Covid-19. Quanto à proposição da iniciação cientifica do projeto de assessoria em ação socioeducativa visando o acesso aos direitos humanos e sociais, vislumbramos a necessidades de socializar o direito à informação como via para ter direito a ter direitos e os meios de exercê-los. Encontramos nas ações socioeducativas a possibilidade de fortalecer a “linguagem do direito” com discussão de ações construídas historicamente pela profissão, a partir da perspectiva crítico-dialética. Dessa forma, acreditamos na necessidade de qualificar referidas ações do ponto de vista teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, favorecendo a sustentação das competências atribuídas ao assistente social pela Lei n. 8.662/1993, bem como contribuindo com a identidade de uma profissão que atua em vários espaços, sempre atendendo a população com suas demandas, geralmente recheadas de necessidades humanas não atendidas, carências e sofrimentos que marcam a trajetória dos usuários nas diferentes áreas do exercício profissional. O desafio está posto, os dilemas que o próprio processo educativo impõe sobre natureza das mudanças ora vivenciadas e que envolvem desafios de natureza técnica como ética,

que merecem ser aprofundadas para que se possa construir processos educativos na perspectiva emancipatória.

4 REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da pratica profissional. 4ª ed.-São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão do Assistente Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jun. 1993. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_lei_8662.pdf. Acesso em: 21 ago. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional nº 35 de 20 de dezembro de 2001. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2002a.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Pesquisa Participante. 8ªed.São Paulo. Ed. Brasiliense, 1990

BRAVO, Maria Inês Souza e MATOS, Maurilio Castro de (org.). Assessoria, consultoria &serviço social. Assessoria, consultoria & Serviço social. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2010

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à pratica educativa. São Paulo : Paz e Terra. 1996

FREIRE, Paulo. Método em Paulo Freire. Disponível em: http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/4219/1/FPF_PTPF_12_102.pdf. Acesso em 21/06/2020

SEVERIANO. Evania Maria Oliveira. **Previdência Social e dilemas da seguridade no Brasil contemporâneo: trajetórias de "sujeitos de direitos" entre o trabalho e o adoecimento**. Tese (Doutorado)-Universidade Federal do Ceará (UFC), 2012.

TEIXEIRA, Solange Maria. Trabalho social com família: fundamentos históricos, teórico-metodológicos e técnico-operativos. Teresina: EDUFPI,2017

MARX , Karl. Contribuição à critica da economia politica. 3ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Orientação e acompanhamento de indivíduos, grupos e famílias. In: Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. CFESS/ABEPSS, 2009.

LUKACS, Georg. Introdução a uma estética marxista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.